

CARTA AOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Motivados pelo debate em torno das eleições do novo coordenador da área de História da Capes, os membros do programa de Pós-Graduação em História da Unicamp vêm a público partilhar algumas reflexões sobre a atual conjuntura do nosso campo de atuação.

Entendemos que o projeto político fundamental da área de História junto à Capes deveria ser o de promover a qualificação dos programas de pós-graduação, a fim de que os cursos possam desenvolver o máximo de suas potencialidades acadêmicas, alcançando o grau de excelência. Tem prevalecido um modelo baseado na competitividade entre os programas, que dificulta o necessário diálogo e cooperação em termos acadêmicos e especialmente em questões políticas. Ademais, tal modelo favorece a própria exclusão de parte considerável dos professores doutores, formados a partir de investimentos públicos, dos programas de pós-graduação. Em busca de seguir as diretrizes avaliativas da Capes, muitos programas dispensam parte dos docentes das unidades às quais estão ligados para melhor se adequarem às exigências da instituição, com flagrante prejuízo para o aproveitamento do potencial de cada corpo docente na formação de mestres e doutores no país. Dessa maneira, ressaltamos a premência do desenvolvimento de uma relação fundamentalmente cooperativa entre os programas de pós-graduação e o máximo desenvolvimento de suas potencialidades. A obtenção de novas conquistas frente à Capes só virá como decorrência de maior unidade da área de História.

Parece-nos essencial ainda que a área de História busque fomentar insistentemente a qualidade da produção acadêmica para proporcionar condições indispensáveis para a elaboração de trabalhos inéditos, cujas contribuições possam resultar em novos debates bibliográficos. Ao privilegiar a produção quantitativa dos programas de pós-graduação, o modelo vigente na nossa área tem conseguido, de fato, gerar volumoso material acadêmico, mas frequentemente não adequado para estabelecer o debate e incrementar conhecimentos novos e de amplo alcance. É sabido que uma produção bibliográfica que se pretenda rigorosa em ciências humanas demanda tempo, acúmulo de pesquisa e reflexão, exigências que não se coadunam com critérios preponderantemente quantitativos que estabelecem metas cada vez maiores a cada quadriênio. De fato, vivemos uma era de inflação galopante de produção de textos, afetando frontalmente todos os programas de pós-graduação, que para atender os crescentes níveis estipulados pela área aceleram o ritmo de suas publicações, sem que esse incremento quantitativo seja revertido efetivamente para a consolidação de projetos acadêmicos e políticos que deveriam constituir a área. Entendemos que o objetivo de favorecer a qualidade em detrimento da quantidade é peça central na organização de nossa área, a partir do qual devemos orientar a política institucional.

Outra finalidade principal da área é a de incentivar a construção de ambientes ricos em pluralidade de perspectivas acadêmicas e de constante troca de ideias. Isso significa estabelecer um maior equilíbrio entre a produção bibliográfica e atividades técnicas. Porém, os critérios atuais nesse aspecto fazem com que os programas se fechem em si mesmos, dedicando-se quase que exclusivamente à produção bibliográfica. Mesmo quando se voltam para a organização de eventos, frequentemente o fazem tendo em vista a produção de novos materiais bibliográficos. Dessa maneira, o caráter fundamental dos eventos que é o de promover o debate acadêmico e colaborar com as pesquisas em estágio embrionário ou em andamento fica em plano secundário. Ademais, eventos acadêmicos, particularmente os de caráter internacional, desempenham papel importantíssimo de divulgação de pesquisas e no estímulo a novas parcerias, atingindo público de filiações acadêmicas variadas, com potencial de alavancar o processo de internacionalização. Parece-nos essencial

também que os programas tenham condições de manter contato permanente com o que é produzido no exterior no campo da História, por meio do amplo acesso a periódicos eletrônicos e a subsídios para um intercâmbio constante de docente e discente com renomadas instituições de pesquisa.

Entendemos, portanto, que avaliação quadrienal da Capes precisa estar submetida a uma política geral da área para a pós-graduação, decidida coletivamente pelos programas, em busca da excelência acadêmica. A área não pode ficar a reboque da avaliação. Ao contrário, os programas é que devem decidir políticas gerais com vistas à avaliação. Esta, de fato, é instrumento importante para diagnosticar problemas de estrutura e funcionamento dos cursos. Contudo, nos últimos anos o centro fundamental das discussões em nossa área junto a Capes tem girado em torno apenas das avaliações quadrienais, sem levar em conta os princípios gerais em busca da excelência. Afinal, é preciso delinear a pós-graduação que queremos para a nossa área e colocar o sistema avaliativo em defesa da maior qualidade das atividades acadêmicas. Nesse sentido, é fundamental que as regras de funcionamento do sistema de avaliação sejam claras e de amplo conhecimento de todos os membros dos programas. Afigura-se essencial ainda que a avaliação não tenha um caráter punitivo, como temos visto, mas que sirva para alavancar os programas identificados com problemas dentro da área.

Por fim, é fundamental assinalar que o futuro coordenador seja um representante da área de História junto à Capes e não um representante da instituição diante de seus pares. Tal condição se mostra ainda mais essencial no atual momento político em que vivemos de constante ataque à produção científica, de constrangimento à legitimidade do conhecimento, sobretudo em humanidades, de perseguição política a membros da comunidade universitária e de cortes consideráveis de recursos públicos para a pesquisa e o ensino. Cabe ao coordenador, apoiado pelo debate na área, adotar uma postura de defesa dos interesses dos nossos programas perante a Capes. Portanto, há que se destacar o caráter político da função de coordenador da área de História, que deve ser exercido a partir de constante diálogo com os coordenadores da pós-graduação nos fóruns atualmente existentes.

Pelas razões explicitadas acima, destacamos como prioridade a adoção, pelo novo coordenador da área de História, das seguintes propostas: a) defender incondicionalmente os interesses da área de História junto às instituições governamentais, a partir das decisões coletivas emanadas dos fóruns de discussão; b) trabalhar para a reestruturação da pirâmide que caracteriza a área – é fundamental o crescimento do número de programas nos estratos mais altos; c) favorecer critérios que priorizem a qualidade das produções acadêmicas em oposição aos indicadores quantitativos; d) aprimorar os instrumentos de avaliação do Qualis de periódicos internacionais; e) promover a ampla divulgação dos critérios avaliativos, definidos nos fóruns de discussões, a fim de colaborar para a melhora dos programas de pós-graduação. Na atual conjuntura eleitoral, a candidatura do Prof. Dr. Durval Muniz de Albuquerque Júnior nos parece ser a que mais tem potencial para cumprir essa agenda, recebendo nosso apoio na execução de tais projetos.

Acreditamos que, dessa maneira, será possível construir um modelo mais vigoroso, em busca da excelência para a área de História.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNICAMP